

A contribuição do economista para o desenvolvimento de Goiás



Marcos Fernando Arriel
Economista, Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela PUC-GO;
Conselheiro do CORECON-GO;
Gerente de Estudos Socioeconômicos da Sepin/Segplan e Membro do Comitê Técnico Nacional do PIB Municipal.

Nestes 60 anos da profissão do economista, a contribuição deste profissional para o Brasil tem sido muito grande, e de forma crescente, principalmente pelo papel que pode exercer no tocante ao enriquecimento do debate sobre os temas cruciais para o desenvolvimento de nosso País, assim como na educação das pessoas para que possam melhor exercer seus direitos e cidadania. O economista tem contribuído para que o Estado apresente importantes avanços. Pode-se enumerar diversas ações para colocar Goiás entre os mais dinâmicos do Brasil, mas, sem dúvida, uma das mais importantes foi a colaboração para a implantação dos programas de incentivos fiscais do *Fomentar* e *Produzir*, bem como a manutenção destes dois programas responsáveis pelo avanço da indústria, mudança do perfil produtivo e a crescente participação da economia de Goiás no Brasil.

No intuito de preencher a lacuna deixada pela União, nos anos de 1980, no que diz respeito às políticas de desenvolvimento regional, auxiliado por economistas, foi criado em Goiás, em 1984, o *Fomentar*, com objetivo de atrair empreendimentos industriais, sobretudo de grande porte, por meio da concessão de benefícios fiscais. Por meio de projetos elaborados e assessorados por economistas, começaram a surgir os primeiros grandes empreendimentos do ramo de processamento de alimentos, com a atração de empresas como a Perdigão, Granol, Caramuru e a forte expansão de empresas locais como a Mabel e a então Arisco. Além de importantes indústrias que dão início a um processo de diversificação industrial em Goiás, como CAMECO (John Deere) e MMC (Mitsubishi), em Catalão, que servem de base para a expansão da metal mecânica, e grandes laboratórios farmacêuticos, como Têuto e Neoquímica, que foram âncora para o desenvolvimento de um pólo do segmento em Anápolis.

Posteriormente, contando também com formulação e assessoramento de economistas, no ano de 2000, Goiás torna-se mais

agressivo na atração de empreendimentos industriais e cria o Produzir. Este programa, que ainda vigora, foca no estímulo à verticalização e agregação de valor à produção primária, na diversificação produtiva e na redução das desigualdades regionais. Neste período mais recente é consolidada a indústria de processamento de matérias-primas naturais e indústrias acessórias, como embalagens, adubos e rações, com o objetivo de agregar valor aos produtos agropecuários e minerais locais, e setores tradicionais como de confecções, calçados e móveis, com objetivos de gerar empregos e promover o adensamento de suas cadeias produtivas, e dá ainda um importante avanço na mudança do tecido industrial, por meio de atividades industriais intensivas em escala, como a química, farmacêutica e automobilística, resultado de um esforço de diversificação.

As intervenções de economistas no processo de expansão da indústria, contribuindo para o avanço da economia goiana surtiram efeitos e podem ser comprovadas nas estatísticas oficiais. A indústria de transformação e da extrativa mineral, que participava em 1995, primeiro ano da série comparável com os números atuais, com 12% do Produto Interno Bruto (PIB), alcançou 15% em 2008, último dado disponível. Na comparação com o Brasil, pode-se observar que a expansão da indústria de transformação goiana entre 1995 e 2008 foi bem superior à média nacional, com uma expansão real acumulada do VA industrial, no período, de 73% em Goiás, contra 28% no Brasil. Os dados do PIB mostram que, em 1995, Goiás participava com 2% da economia nacional, passando para 2,5% em 2008, e crescimento real acumulado de 70%, contra 47% do Brasil, no mesmo período. Uma expansão sustentada em grande parte pela forte expansão da indústria.

Na atualidade, economistas estão atuando em importantes projetos que dão continuidade à expansão da economia estadual e, conseqüentemente, melhorando a vida dos goianos.

Crise na economia mundial: oportunidades para o agronegócio brasileiro

Recentemente, a economia mundial sofreu uma “chacoalhada”, ficando evidentes os seguintes países: os Estados Unidos da América, com a crise econômica e financeira e sua grande dívida interna; o Japão, em razão dos “açoites” naturais e crise na energia nuclear; o Egito, Síria e a Líbia, pelos enfraquecimentos dos poderes, bombardeios e aumento no preço dos barris de petróleo; Portugal, com seu endividamento, etc.

Entre tantas razões, os governos precisam responder aos anseios de suas populações. No Brasil, não é diferente! Críticas à parte, mudanças estruturais são necessárias e a formação de opiniões e debates é bem-vinda em nome de uma democracia que agrega as diversidades.

Apesar de opiniões divergentes, o Plano Real consolidou-se e constitui o baluarte da economia brasileira, resguardando-nos dos exageros! Entretanto, no Brasil e no mundo, a população cresce expressivamente e a necessidade de produção de alimentos coexiste com a de geração de energia, de excedentes exportáveis e de matérias primas para a indústria, o que potencializa os desafios para a agropecuária brasileira.

No mercado agrícola internacional, a notícia indelével para o sistema produtivo do arroz, por exemplo, vem dos países asiáticos, com a quebra na produção agrícola iniciada em 2007, em virtude de fortes temporais e inundações. Com isso, a China reduziu as exportações, causando correria aos supermercados nos países que importam seu arroz, como os EUA, e o aumento nos preços dos produtos agrícolas no Brasil. Em 2011, o mercado agrícola asiático sofre nova retração e agrava a crise mundial. O norte do Japão é assolado por abalos sísmicos e *tsunamis*, com destruição de usinas nucleares, contaminando o meio ambiente pela radioatividade e comprometendo a produção de alimentos naquela região.

As crises geram também oportunidades de negócios. Com a globalização, o Brasil, pela capacidade produtiva e estabilidade político-econômica, desperta interesses de investidores em todo o mundo, sobretudo

pelo potencial de crescimento do agronegócio, face aos problemas econômicos mundiais. Mas é necessário organizar-se rapidamente. Segundo a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, o comércio internacional é benéfico (crescimento, salários e rendimentos) para os países que nele se envolvam especializando-se na sua atividade de maior vocação.

O arroz brasileiro poderia se beneficiar do “empuxo” dessa oportunidade, no que relaciona às *commodities* de destaque em exportação. Ressalta-se, ainda, a importância das terras altas do Brasil ou dos cerrados da região centro-sul, com grande potencial na produção do arroz. A economia de água nesse ecossistema e o alerta de que já é um bem escasso na agricultura, mirando, principalmente, a produção do arroz irrigado asiático, favorece o mercado brasileiro.

Os incentivos fiscais para a produção garantiriam à cadeia do arroz, formada pelos diversos agentes que integram os complexos sistemas de produção, maiores compensações na relação benefício/custo, o que poderia motivar e estimular o mercado com seus subprodutos para as exportações. Na “via de mão dupla” oferta/procura, os consumidores dos produtos agrícolas encontram-se dependentes da luta pelo equilíbrio e preservação ambiental em que possam usufruir da segurança alimentar. Quanto aos mecanismos e orientações para impedimento do avanço do aquecimento global e conservação da agricultura “limpa”, a população vive agrilhoadada nessa era de incertezas.

Diante da necessidade crescente por alimentos, a resposta direta seria, então, incrementar a produção, e a oportunidade está “batendo à porta” do agronegócio do Brasil.

Quanto às estratégias de ação, aproveitando o ensejo do comércio internacional, em curto e médio prazo, esperam-se decisões governamentais que viabilizem meios políticos e econômicos para que os produtores possam trabalhar acertadamente e os consumidores tenham recursos para comprar, com direito a escolha do que devem comer!



Osmira Fátima da Silva
Economista – CRE 1406-D
(18ª Região, Goiânia-GO),
Analista em Socioeconomia da
Embrapa Arroz e Feijão, Santo Antônio de Goiás, GO.